

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM TERESÓPOLIS: EVOLUÇÃO E DIAGNÓSTICO PARA O PERÍODO DE 2000 A 2015**

### **Autoria**

**ROBERTA MONTELLO AMARAL**

Administração/Ciências Contábeis/UNIFESO

**DANILO AMARAL DA FONSECA**

Mestrado Acadêmico em Administração/UFJF

**JUCIMAR ANDRÉ SECCHIN**

Administração/Ciências Contábeis/UNIFESO

### **Resumo**

Os trabalhos desenvolvidos com relação a indicadores da administração pública, no Brasil, concentram-se, basicamente, na realização de auditorias de desempenho. Esta conduta acaba limitando a avaliação pública a fatos que já aconteceram de modo que implica em desconsiderar avaliações preventivas, baseadas em tendência que podem ser apontadas pelos comportamentos históricos. Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a gestão pública do município de Teresópolis, levando-se em conta indicadores de desempenho pertinentes ao setor, na tentativa de mapear possíveis trajetórias do Município. A metodologia empregada neste estudo consiste em fazer um estudo econométrico a partir dos indicadores divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para os anos de 2000 a 2015. O que se pode concluir é que existe uma necessidade premente de mudança com relação à administração pública do município, pois a avaliação realizada revela que há fortes indícios de um comportamento explosivo com relação às suas contas de administração pública.

**Área Temática: Administração Pública, Governo e Terceiro Setor Tema 1**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM TERESÓPOLIS: EVOLUÇÃO E DIAGNÓSTICO  
PARA O PERÍODO DE 2000 A 2015**

## Resumo

Os trabalhos desenvolvidos com relação a indicadores da administração pública, no Brasil, concentram-se, basicamente, na realização de auditorias de desempenho. Esta conduta acaba limitando a avaliação pública a fatos que já aconteceram de modo que implica em desconsiderar avaliações preventivas, baseadas em tendência que podem ser apontadas pelos comportamentos históricos. Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a gestão pública do município de Teresópolis, levando-se em conta indicadores de desempenho pertinentes ao setor, na tentativa de mapear possíveis trajetórias do Município. A metodologia empregada neste estudo consiste em fazer um estudo econométrico a partir dos indicadores divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para os anos de 2000 a 2015. O que se pode concluir é que existe uma necessidade premente de mudança com relação à administração pública do município, pois a avaliação realizada revela que há fortes indícios de um comportamento explosivo com relação às suas contas de administração pública.

**Palavras-Chave:** Indicadores; Teresópolis; Administração Pública.

## Abstract

In Brazil, the work produced on public administration indicators focuses mainly on the execution of performance audits. This scenario limits the public assessment of finished events, disregarding preventive evaluations based on trends emanating from historical behaviors. Thus, the general objective of this work was to evaluate the public management of the Municipality of Teresópolis (Rio de Janeiro state, Brazil), taking into account the sector's performance indicators, in an attempt to map the possible trajectories of the Municipality. The methodology used in this study consists of an econometric analysis of the indicators published by the State of Rio de Janeiro's Audit Court for the years 2000 to 2015. We concluded that there is an urgent need for change concerning the Municipality's public administration, since the evaluation showed compelling evidence of explosive behavior in relation to its public accounts.

**Key Words:** Indicators; Teresópolis; Public Administration.

## 1. Introdução

Os trabalhos desenvolvidos com relação a indicadores da administração pública, no Brasil, concentram-se, basicamente, na realização de auditorias de desempenho. O Tribunal de Contas da União (TCU), por exemplo, contém uma série de publicações com o resultado de auditorias de programas sociais que visaram avaliar o comportamento do setor público federal em áreas consideradas estratégicas.

No entanto, nestas publicações pode-se perceber uma preocupação em se fazer apenas uma verificação “ex-post” dos fatos. Assim, a avaliação de resultados se limita a análises que, no fundo, podem ser consideradas apenas relatórios de constatações. Com isto, elimina-se uma etapa extremamente importante da avaliação, uma vez que não é mais possível corrigir erros passados, porque, neste tipo de avaliação, não se é capaz de antever erros e corrigir possíveis trajetórias adversas.

Nos Tribunais de Contas Estaduais (TCE) também são encontrados alguns trabalhos voltados para a prática da avaliação de resultados. No TCE-RJ, por exemplo, essa abordagem tem sido utilizada no exame das contas de gestão do Estado do Rio de Janeiro desde 1999. Nos demais Estados, pode-se destacar a atuação dos Tribunais de Contas da Bahia e do Paraná, cujos trabalhos no sentido de implementar e realizar auditorias de desempenho vêm crescendo significativamente.

No entanto, as atuações brasileiras, nesta área, ainda são bastante pontuais, o que indica uma necessidade de buscar aprimorar a troca de experiência entre as entidades fiscalizadoras, o que possibilitará um aprimoramento das técnicas empregadas.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é avaliar a gestão pública da cidade de Teresópolis, levando-se em conta indicadores de desempenho pertinentes ao setor, na tentativa de mapear possíveis trajetórias do Município. Para tanto, será necessário atingir alguns objetivos intermediários, a saber: montagem de um banco de dados contendo a evolução histórica das principais contas de administração pública de Teresópolis, além da estimação de modelos econométricos que sejam capazes de resultar em alguma inferência sobre o comportamento dos indicadores municipais.

Para atingir os objetivos propostos neste trabalho, este artigo está dividido em 5 seções, incluindo esta introdução. Na seção 2 é feito um breve resumo sobre o uso de indicadores na administração pública. Na seção 3 é apresentada a metodologia usada neste trabalho. Na seção 4 são disponibilizados os resultados desta pesquisa. Por fim, a seção 5 apresenta as considerações finais a respeito deste estudo.

## 2. Indicadores da Administração Pública

Desde o século XVI há registros da coleta de algumas medidas sociais. No entanto, é apenas a partir do século XVII que, em função da necessidade de maior atuação do Estado nas áreas de defesa nacional e saúde ambiental, foi iniciado um movimento mais organizado de coleta de informações estatísticas a respeito de tópicos sociais. Nos séculos XVIII e XIX há uma intensificação dos movimentos de coleta e organização de dados sociais, o que iniciou o percurso para a construção

dos modelos mais atuais de medição e coleta de características sociais. (AMARAL *et al*, 2004)

Apesar dos seus antecedentes datarem do início do século XX, a história da moderna avaliação de resultados só começou a ser traçada na década de 60, tendo o termo “indicador social” aparecido, pela primeira vez, em 1966. Até então, os agentes decisórios governamentais dispunham de informações pouco confiáveis e em um volume aquém do desejável para que fosse possível fazer análises mais profundas, precisas e confiáveis. A partir da percepção deste cenário, iniciou-se o “movimento de indicadores sociais”, que visava ampliar a construção de indicadores que, até então, eram focados apenas em medidas de desempenho econômico. Desde então se percebe um crescimento significativo dos trabalhos referentes a este tema. (AMARAL *et al*, 2004)

A principal finalidade de um indicador social é traduzir o bem-estar, que não é mensurável diretamente nem tampouco pode ser observado. Assim, os indicadores “são medidas de uma característica observável de um fenômeno social e que estabelecem o valor de uma característica diferente, mas não-observável, do fenômeno.” (AMARAL *et al*, 2004)

Uma avaliação de resultados satisfatória deverá, necessariamente, abranger indicadores de eficácia, eficiência e efetividade. Avaliar a eficácia de determinado programa é preocupar-se quanto ao grau de alcance das metas estipuladas para um determinado período, sem que se considere os custos incorridos. A mensuração de eficiência, no entanto, já considera a relação entre os produtos obtidos e os custos incorridos, também para um determinado período. Medir a efetividade, por sua vez, é avaliar a relação entre os resultados alcançados e os objetivos esperados. (AMARAL *et al*, 2004).

Há que se considerar, também a relevância dos fatos tratados. "A Relevância, como orientadora da conduta administrativa, surge a partir do enfoque neoclássico das ciências gerenciais e das teorias críticas não consolidadas, alicerçadas na fenomenologia, no existencialismo, no método dialético e outros. A relevância sugere a noção de pertinência, de ligação, de relação com alguém ou algo." (AMBONI, 2011)

No Brasil, a fiscalização da administração pública está a cargo dos Tribunais de Contas da União, Estaduais e Municipais (somente os Estado do RJ e SP possuem Tribunais de Contas Municipais-TCM). Todos funcionam como órgãos de apoio ao poder legislativo e acompanham o comportamento dos entes públicos sob sua responsabilidade. (AMARAL, 2012)

No Rio de Janeiro o TCE-RJ fiscaliza as contas do Governador do Estado e de todos os prefeitos dos 91 Municípios que compõem o Estado. A única exceção é a capital, Rio de Janeiro, cujo acompanhamento fica a cargo do TCM-RJ. Além de avaliar se o governador e os diversos prefeitos fluminenses atendem aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o TCE-RJ também é responsável pela elaboração do documento “Estudos Socioeconômicos”. Anualmente os próprios municípios reportam, ao TCE-RJ, os resultados de algumas importantes contas públicas. Com estes valores, a equipe do TCE-RJ produz um documento específico para cada município onde, entre outras coisas, faz-se a apuração de 10 indicadores de avaliação pública. (AMARAL, 2012)

Com a primeira edição publicada em 2001, estes estudos socioeconômicos são produzidos pela Secretaria Geral de Planejamento – SGP, área subordinada à presidência do TCE-RJ e recebem uma revisão anual, já que se destinam a “contribuir para o planejamento municipal e o desenvolvimento equilibrado de todas as regiões, com ações voltadas para os interesses e necessidades do cidadão.” (TCE-RJ, s/d). Apesar de representar uma excelente fonte de dados desta área tão carente de informações, desde o ano de 2016 tais publicações não têm sido mais divulgadas, provavelmente resultado de denúncias de corrupção envolvendo alguns conselheiros do TCE-RJ.

Assim, estes indicadores contemplam uma série com 16 anos de dados para cada uma das esferas escolhidas como estratégicas para a questão públicas. Vale a pena destacar que tais valores são públicos e amplamente divulgados, estando disponíveis para consulta no próprio *site* do TCE-RJ.

Os indicadores que constam dos estudos socioeconômicos são os seguintes:

- I<sub>1</sub>: indicador de equilíbrio orçamentário (receita realizada ÷ despesa executada);
- I<sub>2</sub>: indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa (despesas de custeio ÷ receitas correntes);
- I<sub>3</sub>: indicador de autonomia financeira (receita tributária própria ÷ despesas de custeio);
- I<sub>4</sub>: indicador do esforço tributário próprio ([receita tributária própria + inscrição na dívida ativa] ÷ receita arrecadada);
- I<sub>5</sub>: indicador da dependência de transferência de recursos (transferências correntes e de capital ÷ receita realizada);
- I<sub>6</sub>: indicador de carga tributária *per capita* ([receita tributária própria + cobrança da dívida ativa] ÷ população do município);
- I<sub>7</sub>: indicador do custeio *per capita* (despesas de custeio ÷ população do município);
- I<sub>8</sub>: indicador dos investimentos *per capita* (investimentos ÷ população do município);
- I<sub>9</sub>: indicador do grau de investimento (investimentos ÷ receita total);
- I<sub>10</sub>: indicador da liquidez corrente (ativo financeiro ÷ passivo financeiro).

Assim, acredita-se que uma importante base de dados sobre administração pública é ampla e livremente disponível para consulta, mas que poucos segmentos da sociedade fazem, de fato, seu uso efetivo. Por isso, este trabalho é de grande importância não só para o meio acadêmico, como para toda a sociedade, já que esta deveria ser a maior preocupada em acompanhar o desempenho dos entes públicos.

### 3. Metodologia

Levando-se em conta os objetivos desta pesquisa descritos na introdução deste artigo, os procedimentos metodológicos que deram suporte a esta pesquisa foram

desenvolvidos em três etapas: levantamento dos dados, tratamento econométrico e análise dos resultados, com foco no município de Teresópolis.

Conforme classificação de Gil (2017), trata-se de uma pesquisa exploratória porque tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema de modo que se possa constituir hipóteses sobre o comportamento histórico da administração pública da cidade. Com relação aos procedimentos técnicos utilizados trata-se de uma pesquisa *ex-postfacto*, pois seu propósito básico é verificar a existência de relações entre variáveis, onde não se dispõe de controle sobre a variável independente em função de o fato já ter ocorrido.

Na etapa de levantamento de dados, a principal dificuldade foi montar uma base de dados em formato capaz de ser lido pelos pacotes estatísticos. Os dados produzidos pelo TCE-RJ são disponibilizados no *site* da instituição em formato PDF, como um elemento textual. Desta forma, não é possível simplesmente copiá-los. Existe a necessidade de digitação manual de cada dado. Adicionalmente, a cada ano a instituição só divulga o dado primário referente ao ano anterior ao da publicação, havendo a necessidade de se consultar cada relatório anual para a montagem da série histórica de dados. Desta forma, optou-se pela montagem da base de dados em formato de planilha eletrônica excel, uma vez que esta é facilmente convertida para a maioria dos programas estatísticos.

Como os indicadores produzidos pelo TCE-RJ referem-se a cálculos a partir de dados primários, entendeu-se que olhar inicialmente a série dos indicadores poderia produzir resultados viesados, uma vez que a grande maioria se refere a cálculos envolvendo divisões (mudanças no numerador poderiam ser mascaradas por alterações de ordem semelhante nos denominadores). Desta forma, a investigação preliminar deste artigo foi realizada a partir dos dados primários apontados nos estudos socioeconômicos do TCE-RJ, a saber: receita arrecadada, despesa executada, despesas correntes, receitas correntes, receita tributária própria, transferências correntes e de capital, cobrança de dívida ativa, investimentos, ativo financeiro e passivo financeiro.

Posteriormente a análise inicial foi estendida aos próprios indicadores calculados e divulgados pelo TCE-RJ.

O intuito original foi começar com uma investigação preliminar sobre o comportamento temporal de cada uma destas séries para avaliar se é possível prever seu comportamento futuro e, em caso afirmativo, se este está de acordo com o desejável pela sociedade.

Para o modelo de previsão a metodologia estabelecida foi trabalhar com a seguinte equação:

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta_i.t + \varepsilon_{it}$$

Onde:

$Y_{it}$  = variável dependente, onde  $i$  refere-se aos dados primários apontados nos estudos socioeconômicos do TCE-RJ (receita arrecadada, despesa executada, despesas correntes, receitas correntes, receita tributária própria, transferências correntes e de capital, cobrança de dívida ativa, investimentos, ativo financeiro e passivo financeiro);

$t$  = ano de apuração (onde 1 representa o ano 2000 e 16 o ano 2015);

$\alpha_i$  = componente de nível do dado primário  $i$ ;

$\beta_i$  = componente de tendência do dado primário  $i$ ;

$\varepsilon_i$  = erro.

O método de estimação escolhido foi o de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO).

No entanto, conforme apontado pela literatura especializada, para que seja possível fazer uma estimativa consistente destas equações, em se tratando de séries temporais, é necessário averiguar se as mesmas são estacionárias. “Quando a série temporal não é estacionária, não se pode estimá-la trivialmente (...), é impossível estimar todos os momentos da série.”(BUENO, 2008) Neste sentido, antes de se fazer a estimativa de fato das séries, faz-se necessário aplicar o teste de raiz unitária de Dickey-Fuller (ADF), pois, ainda conforme Bueno (2008), “a inspeção visual de uma série raramente permite distingui-la como de tendência estocástica ou tendência determinística. E, frequentemente, quando se age assim, incorre-se em equívocos.”

Assim, este teste trabalha com o seguinte modelo:

$$y_t = \mu + \delta y_{t-1} + \varepsilon_t$$

As hipóteses testadas são as seguintes:

$H_0$ :  $\delta=0$  (ou seja, há uma raiz unitária ou a série temporal é não estacionária, ou ela possui uma tendência estocástica);

$H_1$ :  $\delta < 0$  (a série temporal é estacionária, possivelmente em torno de uma tendência determinística).

Para avaliação do teste optou-se pela análise do p-valor do coeficiente  $\delta$ , pois quanto menor o p-valor, mais forte as evidências contra  $H_0$ . Sendo assim, para p-valor=0, rejeita-se  $H_0$  e a conclusão é de que a série temporal é estacionária.

O teste rodado foi realizado com a presença de constante e sem a presença de tendência, com o auxílio do software Stata. No caso de a série ser estacionária, realizou-se a estimativa do modelo de previsão anteriormente descrito. Para a validação final do modelo deve-se aplicar, ainda, testes de autocorrelação de resíduos e de presença de heterocedasticidade. No caso da autocorrelação pode-se aplicar o teste de Durbin-Watson (DW) e, no caso de heterocedasticidade, aplica-se o teste de White.

Para todos os testes adotou-se significância de 10%, por considerar-se que, no caso da administração pública, não há necessidade de realização de testes com maior rigor estatístico.

Por fim, depois da realização destes procedimentos econométricos, foi possível traçar um diagnóstico da situação da administração pública de Teresópolis, apresentada na seção a seguir.

#### 4. Resultados

Conforme descrito na seção anterior, os dados considerados nesta investigação são os apresentados na Tabela 1.



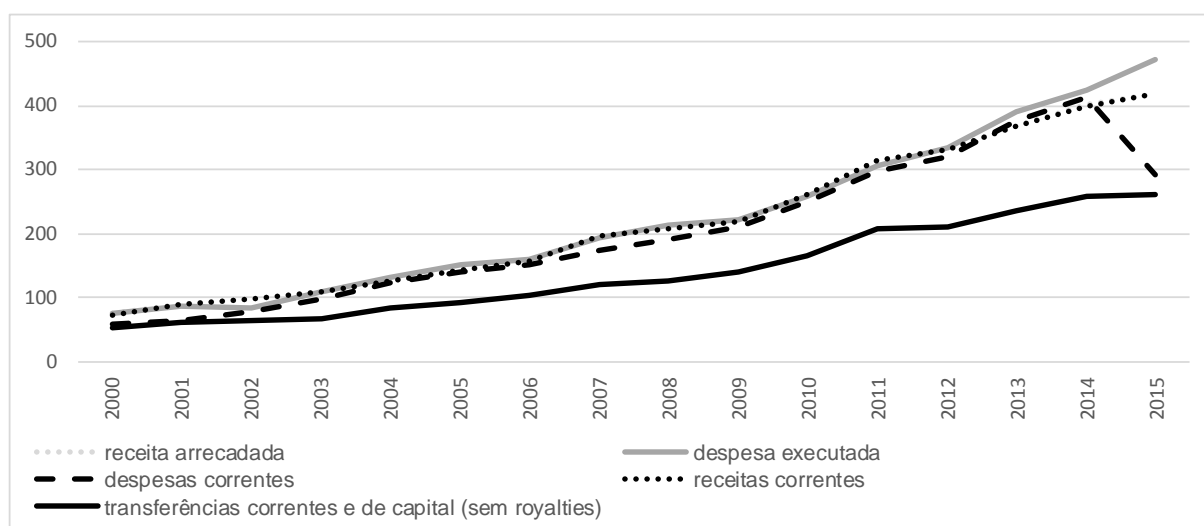
Tabela 1: Valores dos dados primários de Teresópolis (R\$ Milhões)

ano	receita arrecadada	despesa executada	despesas correntes	receitas correntes	receita tributária própria	transferências correntes e de capital (sem royalties)	cobrança da dívida ativa	investimentos	ativo financeiro	passivo financeiro
2000	75,08	76,51	58,22	73,67	17,46	51,28	1,90	9,81	5,54	4,72
2001	89,61	86,17	64,47	88,69	18,87	61,94	2,07	6,96	13,70	8,73
2002	97,35	84,42	76,85	96,43	19,95	63,47	3,63	6,76	19,54	9,68
2003	109,43	108,05	98,19	109,13	22,78	67,89	3,41	8,05	26,97	14,78
2004	126,77	130,36	121,98	126,64	26,82	82,61	3,17	7,80	20,72	9,56
2005	143,10	151,35	140,84	142,76	31,13	91,32	3,42	9,86	23,53	17,39
2006	155,80	159,88	151,86	155,66	33,49	102,24	4,09	3,57	23,53	17,39
2007	196,45	194,18	172,28	196,28	41,17	121,14	11,98	4,69	25,67	14,17
2008	207,55	213,86	190,79	207,33	44,81	125,66	9,45	6,79	11,30	6,14
2009	217,62	220,42	211,54	217,62	45,06	139,32	5,47	1,27	31,77	35,19
2010	260,17	258,03	248,53	260,17	49,18	166,53	9,13	9,15	37,57	35,07
2011	314,94	305,42	297,50	314,53	58,52	208,07	5,78	6,70	66,86	38,39
2012	331,21	335,24	319,43	330,22	65,76	210,03	2,92	7,47	52,69	28,99
2013	368,59	390,19	376,18	368,59	74,46	235,32	9,94	4,88	51,61	41,07
2014	401,66	423,63	412,66	399,86	82,54	257,67	10,49	9,01	26,72	42,75
2015	417,57	472,30	290,55	417,57	93,02	259,58	8,45	3,87	20,44	95,26

Fonte: TCE-RJ

Vale a pena iniciar nossa investigação com uma análise visual do comportamento dos dados ao longo do tempo. Por uma questão de economia de espaço, as variáveis com ordem de grandeza semelhante são apresentadas na mesma figura. A Figura 1 exibe os dados relativos à evolução da receita arrecadada, da despesa executada, das despesas e receitas correntes e das transferências correntes.

Figura 1: Evolução de alguns dados primários de Teresópolis (R\$ Milhões)

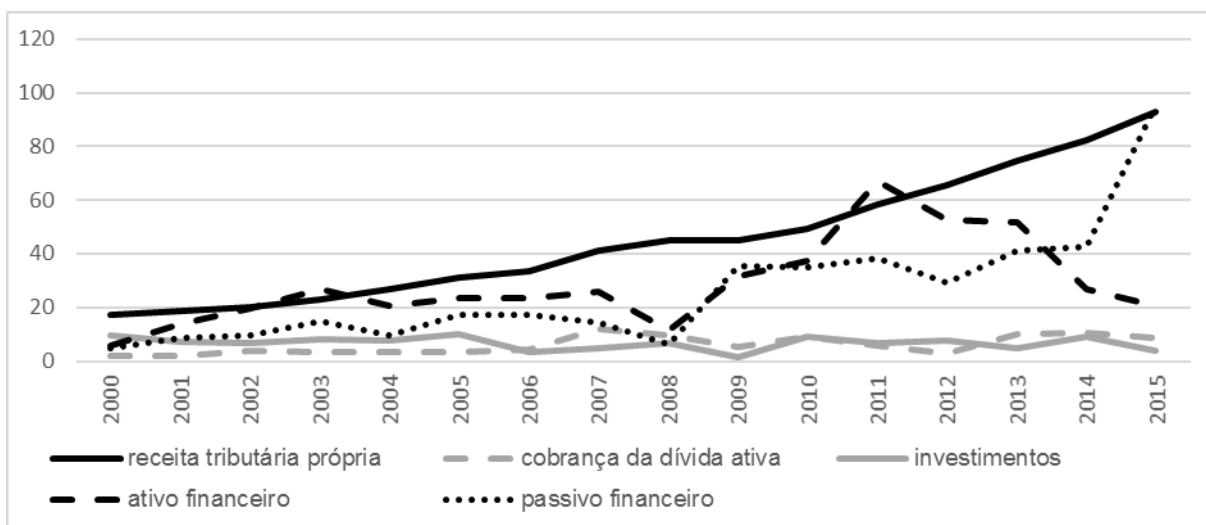


Fonte: TCE-RJ

O que se pode perceber é que, à exceção dos últimos dados de receitas e despesas correntes, em todos os anos parece haver um crescimento exponencial nas cinco medidas selecionadas, indicando um potencial comportamento explosivo.

A Figura 2 exibe os dados de receita tributária, cobrança da dívida ativa, investimentos, ativo e passivo financeiro.

Figura 2: Evolução de alguns dados primários de Teresópolis (R\$ Milhões)



Fonte: TCE-RJ

Neste caso as rubricas investimentos e cobrança da dívida ativa estão relativamente estáveis, enquanto passivo financeiro e receita tributária própria apresentam crescimento. O ativo financeiro demonstra oscilações de modo que não é possível indicar comportamento ascendente ou descendente para a série.

Após a análise preliminar, realizou-se a aplicação do teste ADF para cada uma das variáveis consideradas. O resumo dos resultados está apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Valores p para os testes ADF – variáveis preliminares

Variável	P-valor
receita arrecadada	0,9974
despesa executada	1,0000
despesas correntes	0,7248
receitas correntes	0,9975
transferências correntes e de capital (sem royalties)	0,9922
receita tributária própria	1,0000
cobrança da dívida ativa	0,1648
investimentos	0,0000
ativo financeiro	0,2913
passivo financeiro	0,9889

Fonte: Stata, a partir dos dados de pesquisa

Como se pode perceber, com 90% de confiança, apenas a variável “investimentos” apresenta comportamento estacionário e pode ser estimada. As demais variáveis (incluindo cobrança de dívida ativa, que parecia estacionária pela avaliação visual) não podem ter seu comportamento estimado pelo método de MQO tradicional.

Sendo assim, a etapa final de estimação das tendências só pôde ser realizada para a variável investimentos. Usando-se o software excel, encontrou-se o resultado apresentado no Quadro 1.

Quadro 1: Estimativa do comportamento da Variável Investimento por MQO

RESUMO DOS RESULTADOS

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,2987
R-Quadrado	0,0892
R-quadrado ajustado	0,0242
Erro padrão	2,4093
Observações	16

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de signific</i>
Regressão	1	7,9613	7,9613	1,3716	0,2611
Resíduo	14	81,2628	5,8045		
Total	15	89,2241			

	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro padrã</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>	<i>95% inf</i>	<i>95% sup</i>
Interseção	7,9653	1,2634	6,3046	0,0000	5,2556	10,6751
ano	-0,1530	0,1307	-1,1711	0,2611	-0,4333	0,1272

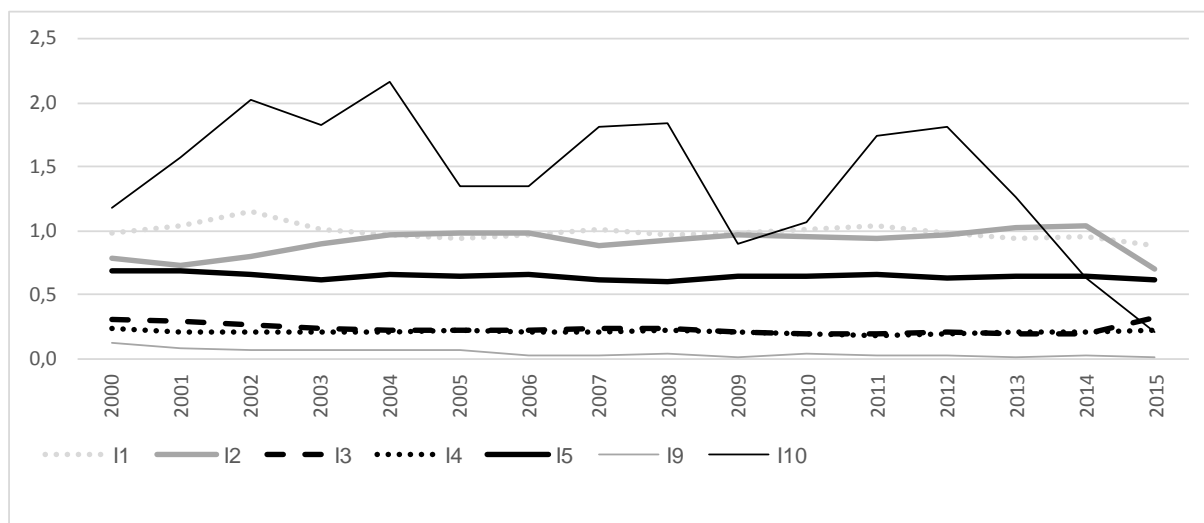
Fonte: Excel, a partir dos dados de pesquisa

Neste caso o valor-p do coeficiente  $\beta$  estimado foi superior a 10%, indicando que, estatisticamente, trata-se de um valor não significativo, ou seja, pode ser considerado zero. Deste modo, não há necessidade da aplicação dos testes DW ou White, uma vez que nenhum dos modelos se mostrou estatisticamente válido.

Neste caso, o que se pode concluir é que, para nove das dez variáveis em estudo, os valores históricos parecem explosivos. A única variável estacionária (investimentos), por sua vez, mostrou-se estatisticamente nula. E, mesmo que se trabalhe com um modelo de diferenças (*lags*) numa tentativa de eliminar tendências autorregressivas, os resultados são semelhantes

Uma última investigação a ser feita é com a série histórica dos próprios indicadores. A análise visual preliminar pode ser feita com a ajuda das Figuras 3 e 4.

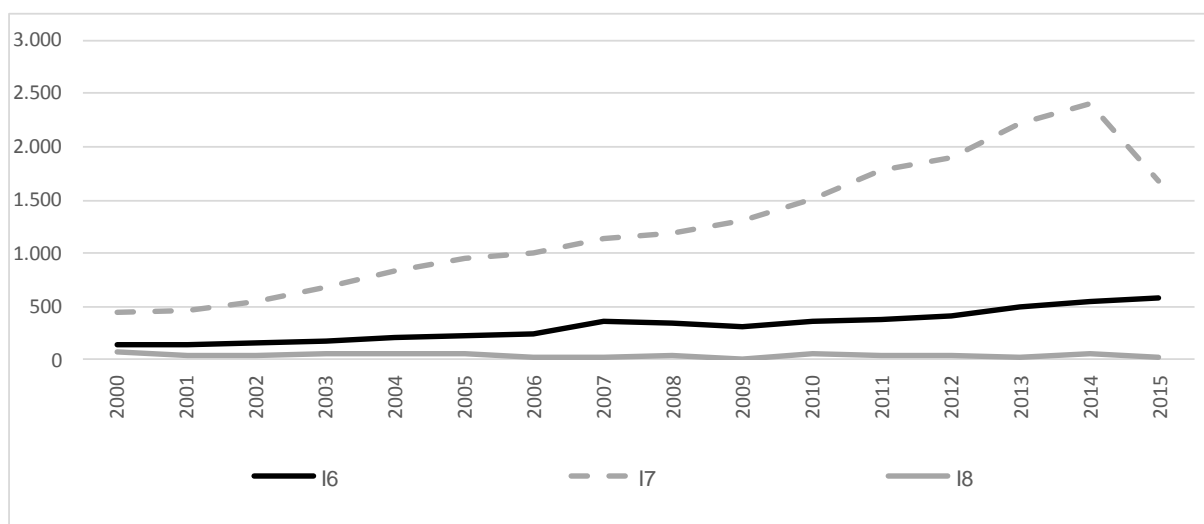
Figura 3: Evolução de alguns indicadores de Teresópolis



Fonte: TCE-RJ

Neste caso o que se percebe é que, à exceção do indicador de liquidez corrente ( $I_{10}$ ), há uma certa estabilidade nos demais. Destaca-se que, conforme informações apuradas junto a servidores da própria Prefeitura Municipal de Teresópolis, nos últimos anos observa-se uma intensificação do endividamento da mesma, resultando, inclusive, em deterioração de algumas áreas essenciais à população, como a oferta de serviços ligados à saúde.

Figura 4: Evolução de alguns indicadores de Teresópolis



Fonte: TCE-RJ

A Figura 4 demonstra que o indicador de custeio per capita ( $I_7$ ) possui características mais explosivas em relação aos demais, apesar da queda apontada no último ano da base de dados.

Mais uma vez, em se tratando de séries temporais, há que se avaliar se algum deles possui raiz unitária. O resumo dos resultados do teste ADF para os indicadores está apresentado na Tabela 3.

Tabela 3: Valores p para os testes ADF – indicadores TCE-RJ

Indicador	P-valor
$I_1$	0,3965
$I_2$	0,3362
$I_3$	0,3905
$I_4$	0,1005
$I_5$	0,0617
$I_6$	0,9931
$I_7$	0,6860
$I_8$	0,0005
$I_9$	0,0220
$I_{10}$	0,6383

Fonte: Stata, a partir dos dados de pesquisa

Como se pode perceber, com 90% de confiança, apenas 3 indicadores passam no teste de raiz unitária. Para estes indicadores, então, foi possível encontrar uma estimativa para o seu comportamento usando a variável tempo como independente. Os resultados, resumidos, são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4: Estatísticas de interesse das Estimativas por MQO

Indicador	R <sup>2</sup>	β	p-valor do β
I <sub>5</sub>	0,2358	-0,0023	0,0566
I <sub>8</sub>	0,2516	-1,8472	0,0477
I <sub>9</sub>	0,7222	-0,0060	0,0000

Fonte: Excel, a partir dos dados de pesquisa

O que se percebe é que os três indicadores apresentaram coeficiente angular significativo e negativo. Em se tratando do indicador I<sub>5</sub> é um bom resultado, mas os indicadores I<sub>8</sub> e I<sub>9</sub>, ligados à realização de investimentos, revelam uma deterioração com o passar dos anos. Das regressões calculadas, apenas aquela referente ao grau de investimento apresentou um coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) compatível com um bom modelo de previsão, ratificando a percepção de que o investimento, em Teresópolis apresenta quedas sistemáticas ao longo do tempo.

Assim, a conclusão a que se chega é que não se pode dizer qual é a tendência das contas públicas de Teresópolis. Ao que parece, o comportamento das variáveis acompanhadas pelo TCE-RJ, notadamente as mais importantes para a administração pública, é explosivo e não possui características de processos que podem ser classificados como estando sob controle. A única variável com resultados minimamente previsíveis é o investimento e, neste caso, o mesmo vem se mantendo em um nível bastante diminuto. Estatisticamente, seu componente de tendência é nulo, representando patamares tão baixos que, a princípio, sugerem um grande comprometimento do município em relação à sua capacidade de crescimento futuro. A análise da regressão dos indicadores apurados pelo Tribunal de Contas ratifica os resultados encontrados e não fornece nenhum alento para a população do município.

## 5. Considerações Finais

Depois de avaliar as principais contas públicas de Teresópolis o que se pode concluir é que existe uma necessidade premente de uma mudança com relação à administração pública do município. A avaliação tanto das principais contas acompanhadas pelo TCE-RJ quanto dos indicadores calculados pelo mesmo órgão, revela que há fortes indícios de um comportamento explosivo com relação à administração pública do município. Adicionalmente, a única rubrica que apresenta comportamento previsível (investimentos) encontra-se em níveis tão baixos que sugere-se um possível comprometimento da capacidade futura de geração de empregos da cidade.

Isto significa dizer que a situação é ruim e que não há perspectivas de melhora, muito possivelmente fruto dos problemas promovidos pela história recente de troca de prefeitos e descontinuidade das políticas públicas que vem sendo praticada pelos seus prefeitos. De fato, de 2009 a 2018 a cidade contou com seis prefeitos diferentes (alguns assumiram o cargo por mais de uma vez), resultado de dois

processos de *impeachment* e de uma disputa judicial que, por fim, afastou o prefeito eleito no último pleito (2016) e implicou na convocação de novas eleições municipais marcadas para 3/6/18.

Assim, sugere-se que a sociedade teresopolitana volte a prestar atenção ao compromisso dos seus governantes com relação ao desempenho de sua administração pública caso esteja interessada em promover o desenvolvimento daquela que é considerada a cidade mais pacífica do Estado do RJ, conforme Atlas da Violência (IPEA, 2017).

Apesar dos resultados extremamente relevantes, há que se considerar que as conclusões desta pesquisa são limitadas apenas à análise dos dados disponibilizados pelo TCE-RJ, cujos dados apurados encontram-se restritos ao período de 2000 a 2015, sem que haja indícios de continuidade da divulgação da base de dados. Assim, acompanhamentos futuros deste tema podem estar comprometidos.

Como sugestão de trabalhos futuros relativos ao mesmo tema, sugere-se a mesma análise para todos os demais 90 Municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro, na tentativa de averiguar se os resultados aqui apresentados se referem somente a Teresópolis ou podem ser, de alguma forma, generalizados.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, R. M., D'ALMEIDA, A.D.; MESQUITA, B. S. de; HEISS, M.; **A Avaliação de Resultados no Setor Público: Teoria e Aplicação Prática no Estado do Rio de Janeiro**, TCC, FGV, Rio de Janeiro, mar/2004.

AMARAL, R. M.; **Avaliação Econômico-Financeira dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**, XXXII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Bento Gonçalves-RS, 2012.

AMBONI, N.; **Teoria Geral da Administração**, M.Books, 2011.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; **Memória do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; TCE-RJ.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; TCE-RJ, SGP, 2011.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO; **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro**; Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; TCE-RJ, SGP, 2016.

BRASIL. IPEA; **Atlas da Violência**; IPEA; Rio de Janeiro; 2017. disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/8623-170602atlasdaviolencia2017.pdf>, acesso em 20/4/18

BUENO, R. L. S.; **Econometria de Séries Temporais**; Cengage Learning; São Paulo; 2008

GIL, A. C.; **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2017. 6ª edição.

GUJARATI, D. N.; **Econometria Básica**, Bookman, 5ª Edição, 2011.

MESQUITA, R.; ALBUQUERQUE, G.; **Planos e Instrumentos de Planejamento – PPA, LDO e LOA – Pontos Controversos**; TCE-RJ; Rio de Janeiro. Mimeo.

SPIEGEL, Murray R., **Estatística**, 3ª edição, São Paulo: Makron Books, 1993.

TEIXEIRA, R.; **O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e a Auditoria de Desempenho**; Dissertação de Mestrado, FGV; Rio de Janeiro; 2001.

### **AGRADECIMENTOS**

Os autores agradecem o apoio do UNIFESO, especialmente da coordenação dos cursos de graduação em Administração e em Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCHS) e da Diretoria de pós-graduação, pesquisa e Extensão (DPPE), pelo apoio recebido para o desenvolvimento desta pesquisa.